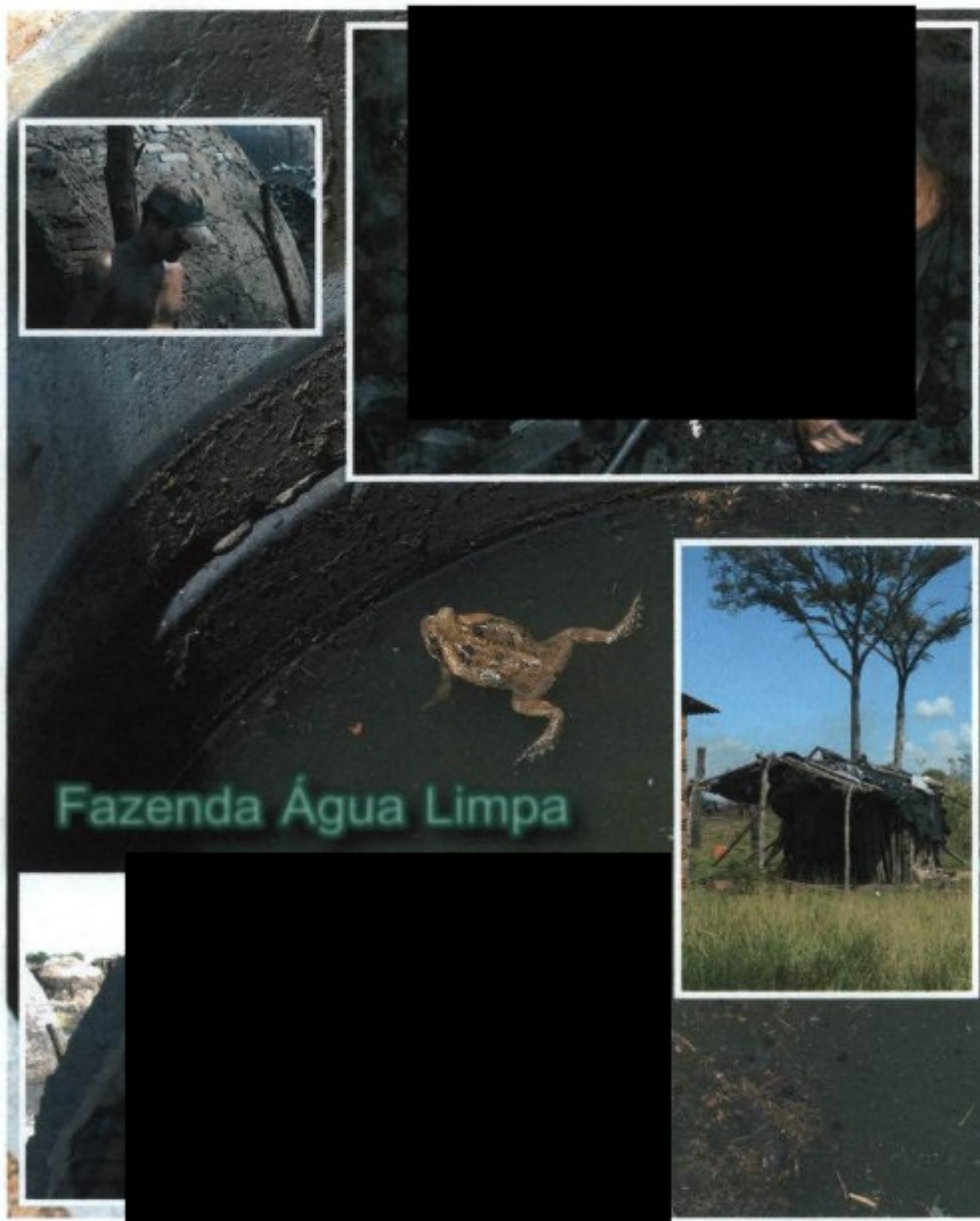




**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**  
• **DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO**  
**GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA**



**PERÍODO:** 22 Feb 10 Mar 2010  
**LOCAL:** Britânia-GO  
**COORD. GPS:** S 15° 74' 14.2" e W 51° 27' 29.0"  
**ATIVIDADE:** Carvoejamento  
**DENÚNCIA:**

**VOLUME I**

OP 018/2010



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL – FAZENDA AGUA LIMPA DO ARAGUAIA – JUSSARA – GO – 22 FEV A 10 MAR 2010

**ÍNDICE VOLUME I**

ASSUNTO	PÁGINA
EQUIPE	1
DADOS DO EMPREGADOR	1
DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	2
DA AÇÃO	2
DA DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NA FAZENDA	3
DA FORMA DE OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3
DECISÕES JUDICIAIS QUE TANGENCIAM O TEMA	7
DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA ENCONTRADA	8
NULIDADES CONTRATUAIS	18
DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES	21
TERMO DE INTERDIÇÃO LAVRADOS	23
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	23
CONCLUSÃO	25
FOTOGRAFIAS DAS CONDIÇÕES DA AGUA FORNECIDA AOS TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE CARVÃO	29
FOTOGRAFIAS DAS CONDIÇÕES DOS ALOJAMENTOS FORNECIDOS AOS TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE CARVÃO	31
FOTOGRAFIAS CARREGAMENTO, TRANSPORTE, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	36
FOTOGRAFIAS LOCAIS PARA PREPARO E CONSUMO DAS REFEIÇÕES DOS TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE CARVÃO	38
FOTOGRAFIAS DAS CONDIÇÕES DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES NITÁRIAS E BANHO DOS TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE CARVÃO	39
FOTOGRAFIAS DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADE SEM USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	41
TERMO DE INTERDIÇÃO	44
NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – NAD	49
NOTIFICAÇÃO DA IN 76	50
PLANILHA DE VERBAS RESCISÓRIAS	51
DECLARAÇÃO CARVOEIRO	52
TERMOS DE DECLARAÇÃO DOS EMPREGADOS	58
RECIBOS DE RECEBIMENTOS SALARIAIS DOS EMPREGADOS	50
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL – CONTRATO DE PARCERIA	65
CONTRATO PARTICULAR PARA EXPLORAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO	61
LICENÇA DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL	69
LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL	67
DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL – DOF	70
CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO	73-75
COMUNICADO DE QUEIMA CONTROLADA	74
NOTA FISCAL SIDERÚRGICA	75
DOSSIE ANALÍTICO SISTEMA SISF	77
TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	82
REQUERIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO	118
RELAÇÃO DE ACERTOS DO CAGED	147



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

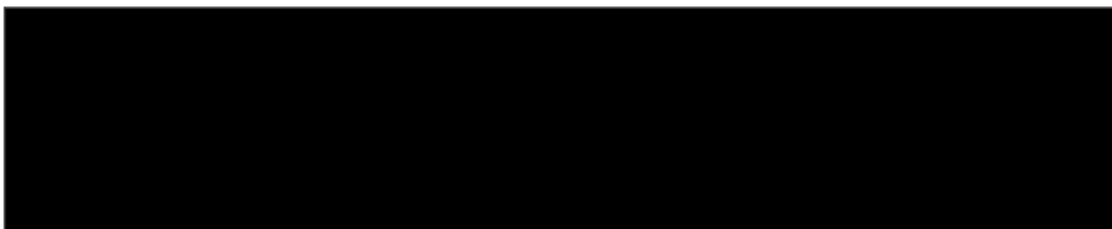
---

## **RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

### **1. EQUIPE**

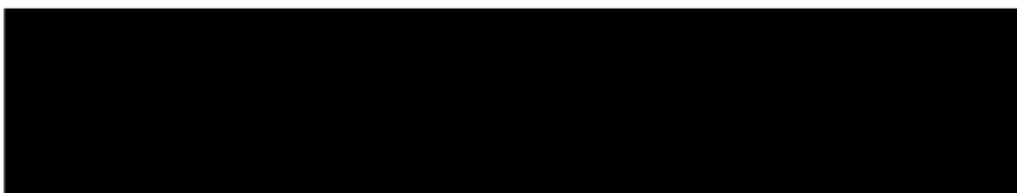
#### **a) Ministério do Trabalho e Emprego**

- 
- 
- 
- 
- 
- 



#### **b) Polícia Federal –**

- 
- 
- 
- 
- 



#### **c) Representante do Ministério Público do Trabalho**

- 



### **2. EMPREGADOR**

O empregador fiscalizado desenvolve atividades de criação de bovinos para corte. A produção de carvão vegetal estava sendo realizada por pessoa interposta, mediante contrato de arrendamento para as atividades de desmatamento e destocamento da área, tendo em vista o plantio de pasto para o gado de corte.

a)



b) FAZENDA AGUA LIMPA DO ARAGUAIA

c) CEI: 0812000019-89

d) CNAE: 0151-2/01

e) Endereço: Rodovia GO 528, Km 33 à esquerda, Jusara - GO( Coordenadas: Latitude> -15° 74' 14,2'e Longitude> 51° 27' 29,04")

f) Endereço para correspondência:





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

### 3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

	HOMENS	MULHERES	MENORES
EMPREGADOS EM ATIVIDADE NO ESTABELECIMENTO	37	2	0
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	25		
GUIAS DO SDTR EMITIDAS	29		
TRABALHADORES RESGATADOS	29		
TRABALHADORES REGISTRADOS	29		
TRABALHADORES ALCANÇADOS	29		
CTPS EMITIDAS	0		
ARMAS APREENDIDAS	0		
VALOR BRUTO DA RESCISÃO	R\$136.675,8		
VALOR LÍQUIDO DA RESCISÃO	R\$67.421,89		
TERMOS DE INTERDIÇÃO DO ALOJAMENTO E FRETE DE TRABALHO	1		
TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA	0		
FGTS RECOLHIDO SOB AÇÃO FISCAL (COMPETÊNCIAS E VALORES)	0		

### 4. DA AÇÃO FISCAL

Trata-se de trabalho oriundo de rastreamento na região Noroeste de Goiás, rica em fazendas agropecuárias, cuja atividade demanda a necessária abertura de pastagens e limpeza de campos, sendo comum para tal fim, o emprego de parceiros no meio rural, que se utilizando da exploração de carvão, realizam o desmate, entregando o campo agricultável ao proprietário da terra.

A propriedade em questão está escriturada em nome do Sr. [REDACTED] brasileiro, fazendeiro, portador do CPF [REDACTED] o qual firmou dois contratos de ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL com dois carvoeiros, sendo que apenas um possui instrumento contratual, a saber:

- Para desmate de área de 196,6000 hectares, nos termos do instrumento apresentado pelo contratante, [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

empresário, portador do CPF [REDACTED]  
endereço na [REDACTED]  
[REDACTED]

## 5. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NA FAZENDA:

Em fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM – à fazenda do Sr. [REDACTED] – constatou-se que havia preparo de pasto para gado, através de parceria com os Srs. [REDACTED]. Os obreiros da atividade de carvão eram mão de obra terceirizada, cabendo analisar, em razão da natureza da atividade se a mesma se insere ou não no ciclo produtivo como “meio” ou “fim”. Entende-se que os mesmos foram contratados através de terceiros, que procederam à intermediação ilegal, existindo clara relação de trabalho “precarizada”, integrante do ciclo de produção da atividade principal que é a inerente ao “arrendamento” de pastos para a pecuária.

O que se pode depreender desta parceria é que o Sr. [REDACTED] construiu um artifício para reformar o pasto em suas terras, necessário para sua atividade de criação de gado de corte, sem contratar e pagar os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, repassando para terceiros a responsabilidade de contratação e pagamentos destes direitos dos trabalhadores que originariamente é sua. Logo, embora seja costumeiro o arranjo, chega-se à conclusão da existência de uma relação triangular de trabalho. Não bastasse a existência do arranjo “terceirizante”, os obreiros foram trazidos na maioria de Britânia, cidade mais próxima, cuja distância é de cerca de 40 km da frente de serviço e em face da falta de registro, os requisitos estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº76 de 15 de maio de 2009 – por óbvio – não foram observados. A citada instrução trata da “Certidão Declaratória de Transporte de Trabalhadores” que deverá ser solicitada por escrito aos Superintendentes, visando, a regra, a frear as condições de contratação que submetem o trabalhador à degradância, sem o cumprimento mínimo das obrigações trabalhistas, pois a intermediação de mão-de-obra no meio rural – em regra – somente agrava as condições já tão precárias em que o trabalho se realiza, razão pela qual merece ser contido seu curso.

## 6. DA FORMA DE OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:

O Sr. [REDACTED] sem ostentar uma parceria com o Sr. [REDACTED] exploram a atividade de carvão e desmatamento em terra alheia, cujo proprietário é o Sr. [REDACTED] autorizados por contrato civil. A produção deste carvão – destina-se:





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

1) Quando oriunda do carvoeiro [REDACTED] A Siderúrgica União S/A, no montante de 2/3, não sendo, portanto, compradora exclusiva e o restante para BRASINHA INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA;

2) Quando oriunda do carvoeiro [REDACTED] A Siderúrgica União S/A é compradora de 90% da produção.

Para a economia moderna, Terceirização é um conjunto de transferência de partes que integra o todo de um mesmo produto, numa parceria consciente entre as empresas especializadas em determinados ramos. Assim, a Terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra, a terceira. Segundo o professor [REDACTED] "consiste a terceirização na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode envolver tanto a produção de bens como serviços, como ocorrer na necessidade de contratação de serviços de limpeza, de vigilância ou até de serviços temporários" (In: "A Terceirização e o Direito do Trabalho", São Paulo, Ed. Atlas, 2001, p.23).

Já para o mestre e magistrado mineiro Maurício Godinho Delgado, "para o Direito do Trabalho, a terceirização é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justralhista que lhe seria correspondente. Por tal fenômeno insere-se o trabalhador no processo produtivo do tomador de serviços sem que se estendam a este os laços justralhista, que se preservam fixados com uma entidade interveniente" (In: "Curso de Direito do Trabalho", São Paulo: Ed. Ltr, 5ª ed., 2006, p. 428).

É importante considerar, no entanto, que constitui princípio basilar do Direito do Trabalho a contratação de trabalhadores, no caso de prestação de serviços essenciais e/ou habituais no exercício do objeto econômico empreendido, através da relação de emprego. A via natural de contratação, nessas circunstâncias, é a direta, com a empresa admitindo e registrando aqueles que a ela emprestam a força de seu labor, sem a presença de intermediários. Apresenta-se como exceção a essa regra o contrato de trabalho temporário, para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente do quadro funcional da empresa tomadora dos serviços, ou em caso de acréscimo extraordinário de serviços, conforme prevê a Lei 6.019/74. Ainda: Nos casos de serviços de vigilância, nos termos da Lei 7102/83, de conservação e limpeza, bem como de contratação de mão de obra de terceiros para execução de serviços especializados, vinculados à atividade meio da empresa contratante e, mesmo assim, desde que inexistente pessoalidade e subordinação do trabalhador para com esta.

*Esse é o ensinamento consubstanciado na S. 331 do Colendo Tribunal*

*Superior do Trabalho, in verbis:*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

---

"Súmula nº. 331- Contrato de prestação de serviços. Legalidade.

*I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).*

*II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).*

*III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.*

*IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993)."*

A terceirização de serviços – que, na maioria das vezes –, como se tem visto na prática, importa em tratamento diferenciado e prejudicial aos obreiros não integrantes do quadro efetivo da empresa "terceirizadora" – tem limites que cerceiam o livre arbítrio para ser adotada, tomando-se como ilícitas as contratações de trabalhadores de outra forma, que não as acima explicitadas.

A fim de melhor entendermos os conceitos de atividade-meio e atividade-fim, reportamos às lições dos juristas mineiros, Maurício Godinho Delgado e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena:

*"Atividades fim podem ser conceituadas como as funções e tarefas empresariais e laborais que se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador de serviços, compondo a essência dessa dinâmica e contribuindo inclusive para a definição de seu posicionamento e classificação no contexto empresarial econômico. São, portanto, atividades nucleares e definitórias da dinâmica da essência empresarial do tomador de serviços.*

*Por outro lado, atividades meio são aquelas funções e tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

*tomador dos serviços, nem compõem a essência dessa dinâmica ou contribuem para a definição do seu posicionamento no contexto empresarial e econômico mais amplo. São, portanto, atividades periféricas à essência da dinâmica empresarial do tomador dos serviços." (In: "Curso de Direito do Trabalho", Ed. LTr, 5ª ed., 2006, pág. 440/441).*

Segundo [REDACTED] a classificação das atividades de uma empresa em atividade-fim e atividade-meio trata-se de questão de fato. Assim, o exame é casuístico, conforme a estrutura operacional de cada empresa.

Entende que, para a caracterização da atividade-meio, esta deve ser desenvolvida como um serviço de apoio, adicional, que não comprometa a qualidade e a autenticidade do exercício das funções componentes da atividade-fim. As atividades "*não se intermiscuem*", não se amalgamam, não se fundem. A prestadora de serviços deve desenvolver uma atividade técnica autônoma, com "*mecanismos próprios de operacionalização que prestam um concurso adicional a qualquer outra atividade empresarial*".

Vilhena sustenta que os serviços terceirizados devem ser organizados de forma autônoma porque são serviços de apoio, podendo ser destacados da atividade-fim e não interferem diretamente no processo de produção da tomadora. Conclui dizendo que "*a empresa prestadora de serviços deve estabelecer os modos de sua operação com total desvinculação da empresa por quem é contratada, destacando-se dela não apenas quanto ao aspecto instrumental (...), mas também quanto àquele ligado ao pessoal.*" (In: "Recursos trabalhistas e outros estudos de direito e de processo do trabalho", São Paulo, LTr, 2001, pág. 200.)

Temos, pois, que, a contratação de trabalhadores, que não através da via natural - e, portanto, esperada - qual seja, a da relação direta de emprego, com o consequente registro, na forma do precitado Artigo 41, atrai para a tomadora e beneficiária dos serviços o ônus de comprovar a existência de uma razão legal, que possa justificar uma situação que foge desse procedimento.

Assim, a teor da jurisprudência dominante, a Terceirização, como forma de contratação de mão-de-obra, via de regra, é ilegal, excepcionando-se apenas as hipóteses previstas em lei (Leis 6.019/74 e 7.102/83) ou nos casos dos serviços de conservação e limpeza, e aqueles serviços, especializados, ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. Ilícita, portanto, a terceirização da atividade-fim da empresa.





## 7. DECISÕES JUDICIAIS QUE TANGENCIAM O TEMA:

É emblemático o tratamento dado à questão da terceirização nas hipóteses em que a auditoria fiscal constata a terceirização por meio de tomador não idôneo, de acordo com recente acórdão, da lavra da Juíza Relatora, LOURDES DREYER, no RXOF e RO 04277-2007-002-12-00- 3, Acórdão-2ª T do TRT da 12ª Região, sobre **NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:**

*A responsabilidade pelo adequado e saudável ambiente de trabalho, no caso de terceirização, é atribuída solidariamente às empresas tomadora e prestadora dos serviços. Entendimento que advém do direito à saúde, à higiene e à segurança, conferido pelo inciso XXII do art. 7º da Constituição da República a todos os trabalhadores, indistintamente, e da responsabilidade objetiva em relação ao meio ambiente, nele incluído o do trabalho. No instrumento, citamos que restou amparada a tese da "responsabilização do empreendedor mais idôneo financeiramente". A autuada era proprietária do imóvel e beneficiária dos serviços, razão pela qual não pode se esquivar de sua responsabilidade sob a alegação de que desconhecia as condições em que eram prestados os trabalhos, pois, como empresa tomadora, tinha a obrigação de fiscalizar a atuação da prestadora de serviços. A legitimação passiva para a aplicação das penalidades administrativas, que ensejou a atuação da fiscalização, primou pelo princípio da primazia da realidade, de modo que a responsabilidade deve recair sobre a tomadora dos serviços, e não sobre uma empresa ou mesmo pessoa física inidônea, fornecedora de mão de obra, sob pena de total ineficácia das normas criadas para a proteção do trabalhador.*

De outro giro, tem-se que a responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva, entendimento que deriva da própria Constituição da República, que no § 3º do Art. 225, assim dispõe: "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados". A responsabilidade do tomador de serviços é portanto solidária.

Provavelmente, com o mesmo intuito de elidir a responsabilidade pelo vínculo empregatício, a adoção da terceirização ganhou espaço na área rural, devendo a fiscalização voltar suas atenções para desvendar a cadeia produtiva envolvida com vistas a delimitar, de forma precisa, as atividades desenvolvidas pelo empresário. Apurou-se, *in casu*, que as intermediações de mão-de-obra ocorreram em atividades finalísticas do tomador de serviços, o que é vedado pelo ordenamento



legal. Considerando essa realidade, observa-se a incidência do conteúdo dos Artigos 2º, 3º e 9º da CLT, Artigos 2º e 3º da Lei N. 5.889/73 e o disposto na Súmula n. 331 do TST.

## 8. SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA ENCONTRADA:

Ao inspecionarmos a Fazenda Água Limpa, encontramos trabalhadores em condições inadequadas, sem toda sorte de proteção, alojados em péssimas condições de higiene, realizando labor extraordinário sem o respectivo controle, tudo nos termos relatados nas autuações específicas, restando inequívoca a precarização das relações de trabalho.

Não foi configurado o clássico sistema de barracão, mas ficou inconteste a falta de **liberdade de dispor do salário** com mantimentos do gênero alimentício e demais produtos, pois a teor do declarado, pelo Sr. [REDACTED] as compras são todas realizadas nos supermercados onde possui crédito, ficando limitadas ao valor do salário. Quanto ao que é praticado pelo Sr. [REDACTED] temos a mesma sistemática, mas sem o limite do valor da remuneração, haja vista que o mesmo declara que eventualmente parcela o montante das compras.

Em entrevista ao Sr. [REDACTED] "carvoeijador", restou configurado que o mesmo é o responsável pelas operações de beneficiamento "precarizantes", a teor do que se transcreve:

*QUE já trabalha no ramo de carvoaria desde os 18 (dezoitos) anos; QUE antes de vir para o Estado de Goiás trabalhou na Ati Jair Transporte Ltda puxando lenha para carvoaria, em Curvelo/MG, tendo durado o vínculo por volta de 8 meses; QUE chegou no Estado de Goiás por volta de final 2004 ou início de 2005; QUE veio para o Estado de Goiás para atuar nessa área de carvoaria, tendo vindo com sua esposa; QUE tem um empresa registrada, WJE Agrícola Carvoejamento Ltda; QUE a empresa se encontra em atividade desde o ano de 2005; QUE na atualidade opera as seguintes carvoarias: uma na Fazenda Água Limpa do Araguaia, de propriedade de [REDACTED] contando com 28 a 30 fornos, outra carvoaria na Fazenda Nossa Senhora da Aparecida, de propriedade de [REDACTED] - Filho do [REDACTED] contando com 26 fornos; QUE atualmente opera apenas as carvoarias acima referidas; QUE na Fazenda do [REDACTED] existem além do depoente, o seu primo que também trabalho com carvoaria, [REDACTED] operando com 16 (dezesesseis) fornos; QUE possui contrato particular de arrendamento rural com a Fazenda do [REDACTED] mas com a Fazenda Água Limpa não possui contrato escrito, apenas autorização verbal, pois o*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

contrato se encontra em nome do [REDACTED] QUE o [REDACTED] arranja as notas para o depoente; QUE para obter estas notas o depoente ajudou a pagar as despesas referentes a obtenção da documentação de desembaraço, tendo ficado responsável pelo desmatamento de 5 (cinco) alqueires; QUE não sabe informar a área total de desmatamento da Fazenda Água Limpa do Araguaia, uma vez a documentação está em nome do [REDACTED] QUE na carvoaria da fazenda do [REDACTED] o depoente possui cerca de 07 (sete) empregados; QUE pode ocorrer de um empregado de uma carvoaria passar a trabalhar em outra sem que haja alteração no contrato; QUE a cozinheira que não foi encontrada na carvoaria pela fiscalização de nome [REDACTED] é trabalhadora registrada pelo depoente, mas como este estava viajando para Minas Gerais não sabe informar a razão da sua ausência no serviço; QUE os trabalhadores da carvoaria são registrados com o salário de R\$ 510,00 (salário mínimo), mas não recebem somente isso, pois paga mais ou menos 20% (vinte por cento) a mais no contracheque, a título de insalubridade; QUE no contracheque esse valor vem discriminado como insalubridade; QUE não sabe informar se as contribuições do FGTS e do INSS vem sobre o valor do salário mínimo ou o salário total, mas acredita que a incidência é sobre o total; Na Fazenda Água Limpa possui os seguintes trabalhadores: [REDACTED] - operador de motosserra; [REDACTED] - serviços gerais; [REDACTED] - serviços gerais; [REDACTED] - operador de motosserra; [REDACTED] - serviços gerais; [REDACTED] - serviços gerais; Mota - cozinheira; [REDACTED] - tratorista; QUE todos os trabalhadores são registrados; QUE nessa carvoaria foram encontrados mais três trabalhadores que não estão registrados: o primeiro [REDACTED] (que trouxe esse trabalhador para fazer exames médicos, mas estava sem documentos, tendo levado esse trabalhador até Goiânia para tirar documentos, mas o documento não foi entregue de imediato e o exame venceu, e não conseguiu registrar por falta de documentos), o segundo, não sabe o seu nome verdadeiro, sendo conhecido como [REDACTED] trabalhou com o depoente em 2008 até início de 2009, com CTPS anotada, mas com a crise foi dispensado, voltando a trabalhar há dois meses), o terceiro não sabe informar o nome, mas foi contratado pelo [REDACTED] e trabalhou por 5 (cinco) dias, inclusive no dia da chegada da fiscalização; QUE em relação [REDACTED] esta começou a trabalhar no mês de novembro, mas somente registrou a CTPS em 02/01/2010; QUE em relação [REDACTED] começou a trabalhar em novembro, mas foi registrado em 02/01/2010; QUE em relação a [REDACTED] este trabalhava para o irmão do depoente, tendo passado a trabalhar na carvoaria do depoente após 10 de dezembro,





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

mas registrou a partir de 02/01/2010; QUE em relação a [REDACTED] começou a trabalhar em 11/12/2009, registrou a partir de 02/01/2010; [REDACTED] começou a trabalhar em setembro, tendo sido registrado a partir de 02/01/2010; [REDACTED] - já trabalhou em outro período, tendo retornado em outubro/2009, tendo sido registrado em 02/01/2010; em relação a [REDACTED] - começou a trabalhar desde dezembro 2008, ficou quase um ano, fez um acerto e continuou trabalhando, e pelo que sabe após a viagem do depoente para Minas Gerais este trabalhador saiu de sua carvoaria e foi trabalhar com o [REDACTED] na Fazenda Chaparral, apesar de continuar com a CTPS anotada pelo depoente (verificado com o pessoal, constata-se que o trabalhador, foi, efetivamente encontrado na Fazenda Chaparral, trabalhando para o [REDACTED] sendo, inclusive declarado perante os fiscais que iniciou as suas atividades em 18/02/2010); [REDACTED] - esse é filho do [REDACTED] e o seguiu para trabalhar na Chaparral, no mesmo período estando na mesma situação; [REDACTED] - começou a trabalhar entre junho e julho/2009, trabalhando meio período para o depoente e meio período para o [REDACTED] (primo do depoente), recebendo salário de R\$ 300,00 mensais e que no final do ano (dezembro) o depoente informou que não queria nenhum empregado sem registro, tendo registrado o contrato com salário de R\$ 600,00, porém não acertou o período anterior; QUE desses trabalhadores somente trouxe de fora, ou seja, de Minas Gerais os seguintes: [REDACTED] encarregado do setor de motosserra; o [REDACTED] o qual fez exames médicos em Minas Gerais, foi registrado, porém não veio trabalhar, apesar de já havia trabalhado em outro período; e o [REDACTED] - tratorista e como é primo do depoente ajuda o depoente em outras atividades - fez exame em Minas Gerais e veio trabalhar com o depoente; QUE os demais trabalhadores da carvoaria foram contratados em Britânia, esclarecendo que alguns são de outros Estados, mas não foram trazidos pelo depoente; QUE custeou todas as despesas destes trabalhadores; QUE o [REDACTED] volta para Minas a cada 40 dias, onde fica por volta de 10 (dez) dias; QUE em relação ao pagamento dos trabalhadores o depoente o realiza em dinheiro, realizando os pagamentos a cada quinze dias; QUE a jornada de trabalho vai das sete horas até as quinze e trinta horas; QUE os trabalhadores tem intervalo de mais de hora para o almoço; QUE tem uma folga semanal, parando no sábado às 11:00 horas além do domingo o dia inteiro; QUE os pagamentos são realizados mediante a emissão de recibos de salário; QUE no adiantamento quinzenal é pago mediante um recibo e descontado o valor no pagamento mensal e como o escritório fica em Minas Gerais pode





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

as motosserras pertencem aos próprios operadores; QUE não verificou se os operadores tinham licença para operar as motosserras; QUE o depoente fornece a gasolina para as motosserras; QUE os operadores de motosserra, além do salário fixo de R\$ 610,00, recebem por produção devido a remuneração pelo uso da máquina (motosserra); QUE o contrato mantido com os fazendeiros é apenas no sentido de obter documentação, desmatar, construir os fornos, alojamento e demais despesas, inclusive com pessoal, devendo entregar a terra limpa para plantio de pasto para criação de gado; QUE quem mais compra o carvão produzido nas carvoarias destas fazendas (últimos 12 meses) é a siderúrgica União, localizada na cidade de Divinópolis, Siderúrgica Valinhos, Divinópolis, Siderúrgica Sizan de Pará de Minas/MG; QUE nos últimos 6 (seis) meses vendeu para as mesmas três siderúrgicas; QUE nos últimos 3 (três) meses vendeu para a Siderúrgica União; QUE o critério para vender para uma ou outra é o preço; QUE nenhuma das siderúrgicas financiou máquinas ou a feitura de fornos para o depoente; QUE em média vende seiscentos metros cúbicos de carvão por mês; QUE a maior compradora é a siderúrgica União (mais ou menos 90% da produção); QUE não possui caminhões para fazer o transporte que é feito por caminhões fretados.

Não menos lesiva é a subtração das garantias legais, como se apura do depoimento do Sr. [REDACTED] nos termos ora explicitados:

QUE opera as seguintes carvoarias: uma na Fazenda Água Limpa do Araguaia, de propriedade de [REDACTED] contando com 54 fornos, outra carvoaria na Fazenda Chaparral (Telefone [REDACTED]) de propriedade de [REDACTED] contando com 82 fornos, outra na Fazenda Santa Paula, de propriedade de [REDACTED] contando com 25 fornos, outra na Fazenda São José, de propriedade do espólio de [REDACTED] e outros, contando com 25 fornos; QUE trabalha no ramo de carvoaria desde o ano de 2005, porém por conta própria somente a partir do ano de 2007. QUE anteriormente trabalhava com empreiteiro de um pessoal da cidade de Pires do Rio - GO, de um cidadão de nome [REDACTED] também na área de carvoaria; QUE como empreiteiro produzia o carvão mediante a contratação de trabalhadores; QUE a Fazenda Sete Ranchos onde também operava uma carvoaria com um trabalhador conhecido como [REDACTED] na verdade se refere à Fazenda Chaparral; QUE os fornos desta última fazenda já estão incluídos nas informações relativas à Fazenda Chaparral; QUE na fazenda Sete Ranchos há outras carvoarias operadas pelo [REDACTED] que não tem relação



com o depoente; QUE possui contrato particular de arrendamento rural com todas as fazendas acima especificadas; QUE na carvoaria da Fazenda Chaparral existem cerca de doze ou treze trabalhadores; QUE destes trabalhadores oito são registrados, sendo que um trabalhador destes registrados, presta serviço na carvoaria da Fazenda Água Limpa do Araguaia; QUE nestes registros todos tem a função de serviços gerais; QUE alguns trabalhadores da carvoaria da Fazenda Chaparral foram trazidos pelo depoente da cidade de Japovar - MG; QUE custeou todas as despesas destes trabalhadores e que o período de trabalho deles na carvoaria é de quarenta e cinco dias, ficando trinta dias em suas residências; QUE após este período de trinta dias eles retornam para um novo período de quarenta e cinco dias, repetindo-se o procedimento durante todo no ano; QUE na primeira noite da chegada os trabalhadores ficam na cidade de Britânia - GO, em hotel também custeado pelo depoente e após esse dia, são levados para a Fazenda, onde ficam abrigados em alojamentos; QUE em relação ao pagamento de alguns trabalhadores o depoente realiza depósitos bancários, como adiantamento do contrato, para as respectivas esposas daqueles; QUE para os trabalhadores que são solteiros paga em mãos, seja com adiantamento, seja como acerto pelo término do período de quarenta e cinco dias; QUE nenhum trabalhador fica todo o período de quarenta e cinco dias sem receber nenhum dinheiro; QUE a jornada de trabalho vai das sete horas até as dezoito horas; QUE os trabalhadores tem intervalo de mais de hora para o almoço; QUE tem uma folga semanal; QUE os pagamentos são realizados mediante a emissão de recibos de salário; QUE providencia o depósito do FGTS e o recolhimento do INSS, porém não desconta dos salários; QUE estes pagamentos aos trabalhadores correspondem ao valor bruto, sem nenhum desconto; QUE os recolhimentos são realizados sobre o valor anotado em CTPS mais o que for pago a título de produção; QUE os trabalhadores das carvoarias das outras Fazendas - São José, Santa Paula e Água Limpa do Araguaia, não estão registrados; QUE estes trabalhadores somam aproximadamente dezoito; QUE possui conta nos supermercados de Britânia - GO - a exemplo, do supermercado Doce-lar - onde os trabalhadores pegam víveres e outros utensílios para depois descontar no final do contrato; QUE deixa os trabalhadores pegar estes víveres e utensílios dentro do limite do salário de cada um; QUE não existe a situação de todo o salário do trabalhador ficar comprometido com as compras; QUE as despesas com supermercado são consignadas em notas emitidas pelo dono do supermercado e são levadas aos trabalhadores conferirem e terem ciência do gasto que fizeram; QUE não sabe se existem trabalhadores analfabetos; QUE não tinha ciência de que



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

alguns trabalhadores não possuíam nenhum documento, como é o caso de [REDACTED] QUE forneceu capacetes e botinas para alguns trabalhadores, principalmente para aqueles que tem mais tempo de serviço, mas que os trabalhadores não usam o equipamento, preferindo trabalhar de chinelos e camisetas; QUE nas fazendas Água Limpa do Araguaia, Chaparral e Santa Paulo, a água fornecida para os trabalhadores é de poço artesiano; QUE na fazenda São José a água captada é encanada e vem da própria fazenda, de uma barragem, fornecendo inclusive para a sede do proprietário; QUE nenhuma fazenda possui algum laudo técnico sobre a potabilidade da água que é consumida pelos trabalhadores nas carvoarias; QUE a alimentação nas carvoarias das fazendas é feita por cozinheiras em algumas e em outras os próprios trabalhadores a preparam; QUE na Fazenda Chaparral quem cozinha é a esposa do trabalhador [REDACTED] QUE este sendo responsável pelas atividades na fazenda, é quem paga o salário da esposa; QUE o valor a título de salário da cozinheira é de cento e cinquenta reais por quinzena; QUE em todas estas fazendas a totalidade dos fornos foi construída pelo depoente; QUE somente na Fazenda Chaparral existe participação na divisão dos lucros auferidos pela comercialização da produção do carvão; QUE esta participação consta no contrato realizado entre o depoente e o proprietário; QUE o valor total do arrendamento é de dezesseis mil e quinhentos reais, sendo R\$ 1.500,00 por mês; QUE quem mais compra o carvão produzido nas carvoarias destas fazendas é a siderúrgica União, localizada na cidade de Divinópolis; QUE em média vende duzentos e dez metros cúbicos de carvão a cada semana, sendo que dois terços para a siderúrgica União e um terço para uma empresa conhecida como "Brasinha Indústria e Distribuidora", localizada na cidade de Goiânia; QUE possui dois caminhões para fazer o transporte mais também freta um caminhão terceirizado para realizar o transporte; QUE não existe outra siderúrgica para qual realiza a venda, pois a União foi a única que suportou a crise do setor e seguiu o preço do produto; QUE nas outras fazendas a obrigação do depoente é entregar a terra desmatada e destocada, limpa; QUE todo o pessoal e maquinário utilizado para isso é de responsabilidade do depoente.

Prestaram ainda esclarecimentos, os Srs. [REDACTED] e seus trabalhadores abaixo identificados, a fim de confirmar as eventuais divergências, a saber:

Pelo Sr. [REDACTED] foi dito que o Sr. [REDACTED] opera na produção de carvão na Fazenda Água Limpa de [REDACTED] utilizando as licenças obtidas pelo depoente; QUE o [REDACTED] não detém licenças para operar naquela área e inclusive as



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

novas DOF da venda do produto é feita em nome do [REDACTED] QUE o contrato com o fazendeiro de 5 alqueires, entretanto, é firmado com [REDACTED] e o fazendeiro; QUE o dono da fazenda Chaparral, [REDACTED] tem aparecido na fazenda e tem conhecimento dos fornos tanto do depoente quanto do [REDACTED] conhecendo, inclusive, as condições dos alojamentos. **FAZENDA ÁGUA LIMPA:**

1) [REDACTED] QUE a sua CTPS não se encontra anotada; QUE a CTPS está em Minas Gerais; QUE a primeira vez que trabalhou com o [REDACTED] foi no ano de 2009, próximo do natal, tendo ido embora para Minas Gerais [REDACTED] QUE nesse primeiro período trabalhou 60 (sessenta) dias de 26/09/2009 a 26/11/2009; QUE voltou a trabalhar no dia 28 de janeiro de 2010; QUE exerce a função de apanhador de lenha (bandeirador), exercendo também a função de tratorista; QUE recebe salário mensal de aproximadamente R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais); QUE desde que voltou a trabalhar neste ano de 2010 recebeu o adiantamento de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), tendo recebido, ainda, R\$ 250,00 para pagar a passagem, mas esse último valor não é descontado; QUE trabalha um domingo sim outro não; 2) [REDACTED] - QUE exerce a função de puxador de lenha; QUE a CTPS não está anotada pelo [REDACTED] QUE esta é a primeira vez que trabalha com o Cleber; QUE ganha por mês R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais); QUE às vezes trabalha no domingo e, em média trabalha um domingo e folga outro; QUE quando veio pegou um adiantamento para deixar com a esposa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais, tendo recebido também R\$ 250,00 para pagamento da passagem; QUE recebeu colchão e a roupa de cama trouxe de Minas Gerais; QUE não recebe nem compra papel higiênico; QUE o sabão é adquirido pelo [REDACTED] e não desconta; QUE não usa shampoo nem sabonete; 3) [REDACTED] - QUE a CTPS não está anotada pelo Cleber; QUE não possui CTPS; QUE passou a trabalhar com o [REDACTED] em 01/11/2009 na função de carbonizador; QUE em média recebe R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês; QUE a produção é calculada à base de R\$ 7,00 por m³; QUE em média trabalha um domingo por mês; QUE o último acerto feito com o [REDACTED] foi no dia 15/02/2010; QUE ainda tem em torno de 150 m³ de carvão para tirar (calculado esse valor com saldo de R\$ 1.050,00); QUE já pegou um adiantamento de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para ajuda na reforma de sua casa, pelo que tem a receber R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); 4) [REDACTED] - QUE exerce a função de cozinheira na carvoaria da Fazenda Água Limpa; QUE na verdade cozinha apenas para o seu esposo (Sr. [REDACTED]). À vista desta informação pelos auditores-fiscais do trabalho e pelo Membro do MPT foi considerado





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

*que não se trata de empregada e, portanto, não há que falar em direitos trabalhistas. As informações foram colhidas dos trabalhadores na presença de Sr. [REDACTED] que as confirmam.*

No curso da ação fiscal, tivemos acesso a instrumentos diversos, sendo apresentados licença e certificados de registro junto a SEMARH, citam-se por oportuno:

- 1) A Licença de Exploração Florestal N° [REDACTED] emitida em nome do dono da terra, Sr. [REDACTED] para corte raso com destoca em 199,60.00 HA de formação vegetal tipo cerradão. Cabe ressaltar que a validade da citada licença expira em 09/10/10;
- 2) Certificado de Registro de Licenciamento – Doc 3373/2009, requerido junto à SEMARH, Processo Número [REDACTED] requerido por [REDACTED] cuja validade expira em 09/10/2010;
- 3) Certificado de Registro de Licenciamento – Doc 3144/2009, requerido junto à SEMARH, Processo Número 15911/2009, requerido por [REDACTED] cuja validade expirou em 05/05/2010.

A citada Licença de Exploração Florestal tem supedâneo na Lei Estadual nº 12.596, de 14 de março de 1995, pertinente ao Estado de Goiás, a qual, em seu artigo 8º, nestes termos prescreve, *in verbis*:

*“Art. 8º - Qualquer exploração da vegetação nativa e formações sucessoras dependerá sempre da aprovação prévia do órgão de meio ambiente competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo sustentado compatíveis com o respectivo ecossistema.*

Parágrafo único - A todo produto e subproduto florestal cortado, colhido ou extraído, incluídos seus resíduos, deverá ser dado aproveitamento sócio-econômico.” (grifamos).

No mesmo sentido prescreve o artigo 8º do Decreto nº 4.593, de 13 de novembro de 1995, que regulamentou a precitada Lei Estadual, *verbis*:

*“Art. 8º - Qualquer exploração da vegetação nativa e formações sucessoras dependerá sempre da aprovação prévia do órgão de meio ambiente competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo sustentado compatíveis com o respectivo ecossistema.*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

§ 1º - a todo produto e subproduto florestal cortado, colhido ou extraído, incluídos seus resíduos, deverá ser dado aproveitamento sócio-econômico.

§ 2º - Entende-se por formações sucessoras, qualquer tipo de vegetação que surgiu em substituição àquela nativa original, podendo ser florestas de regeneração natural, como também florestais originárias de plantios com fins econômicos.

§ 3º - O proprietário, arrendatário ou comodatário formalmente autorizado, para obter a aprovação prevista neste artigo, deverá formalizar processo junto ao órgão de meio ambiente competente, iniciado com o pedido de vistoria de propriedade." (grifos nossos)

Nesses termos, a concessão da licença ambiental está condicionada à especificação da destinação do produto florestal cortado. E, analisando detidamente o "contrato civil" apresentado, temos que referida contratação não subsiste, nem pelo prisma do Direito Agrário nem sob o enfoque do Direito do Trabalho. Senão vejamos.

É importante ressaltar que pelos aludidos "CONTRATOS de ARRENDAMENTO", os "contratados" se obrigam a realizar um serviço desejado pelo "contratante", qual seja, a limpeza do terreno, bem como a dar a obrigatória destinação econômica ao material lenhoso retirado, desta feita, de contrato civil não se cuida, existindo terceirização de atividade núcleo.

O que se pode apreender destas parcerias é que há um arranjo objetivando a formação de novas pastagens nas terras, necessárias para a expansão da atividade de criação de gado, sem gastar qualquer quantia com os serviços. O princípio da legalidade não compele o fiscal do trabalho a aceitar, incontestemente, todos os termos da documentação que lhe for exibida por ocasião da fiscalização. Sua função primordial consiste em apurar se a situação fática está em consonância ou é dissonante daquela legalmente exigível. Inaceitável, pois, a contratação civil da "irresponsabilidade trabalhista" do beneficiário dos serviços.

O proprietário da terra, no intuito de se resguardar da responsabilidade pela contratação dos serviços pactuados, fez consignar o seguinte, no contrato firmado com [REDACTED]

#### CLÁUSULA VI:

*"Correrão por conta exclusiva do arrendatário, sem que lhe caiba qualquer direito a indenização ou restituição, todas as despesas com o desmatamento e/ou na exploração do carvão, inclusive a remuneração, alimentação, transporte e alojamento do*



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

*peçoal empregado, direta ou indiretamente, ao desmatamento e/ou exploração do carvão, incluindo-se nas despesas todos os encargos sociais trabalhistas, previdenciários e de seguros."*

Desta forma, tenta repassar para os contratados, a responsabilidade de contratação e pagamento dos trabalhadores que atuaram nesses serviços, obrigação que originariamente seria exclusivamente sua. É de se concluir – ainda – que, na escolha dos contratados, foi irrelevante para o contratante a idoneidade financeira, suficiente para arcar com essas obrigações.

No entanto, não há dúvidas que a prestação laboral se desenvolveu em proveito do Sr. [REDACTED] proprietário da terra, que desejava a limpeza do terreno para a ampliação de suas pastagens e estava obrigado legalmente a conferir utilidade econômica ao material lenhoso retirado, não desconhecendo que também se beneficiaram os contratados, Srs. [REDACTED] ao auferirem lucro com a venda do carvão obtido. A citada Siderúrgica União S/A é potencial compradora e se aproveita do insumo em seu ciclo produtivo, por preço aprazível,

De acordo com o artigo 2º da CLT, empregador é aquele que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços. O artigo 3º da Lei n. 5.889/73 estabelece que empregador rural é aquele que, proprietário ou não, explora atividade agroeconômica, diretamente ou por prepostos e com auxílio de empregados. Daí o porquê de se entender que a relação de emprego se forme com o proprietário da terra, pois o Direito do Trabalho assenta-se sobre princípios próprios, onde a primazia dos fatos sobreleva à formalidade que quizeram dar as partes, sempre protegendo aquele que unicamente oferece sua força de trabalho. Ante a realidade laboral encontrada, inválido qualquer contrato de natureza civil formalizado, máxime pela natureza da atividade (fim), entendimento robustecido pela legislação ordinária estadual.

## 9. NULIDADES CONTRATUAIS:

O instrumento apresentado – pelo Sr. [REDACTED] foi denominado de "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL", o arrendamento rural, encontra-se legalmente definido, especificamente no Artigo 3º do Regulamento. Pela definição se apura que no arrendamento há unicamente uma retribuição pela concessão do uso e gozo do bem, como um aluguel. O contrato que estabelecer arrendamento deverá sempre levar em conta os princípios ambientais, sobre pena de ser eivado de nulidade. É de se convir que ao desrespeitar as normas que regulam o meio ambiente do trabalho com tamanha lesividade, sem falar da flagrante forma de desmatamento à base da queima, o empreendedor está cometendo conduta típica que enseja a desconsideração da vontade dos privados, aplicando-se a norma contida na Carta Magna que trata da responsabilidade do dono da terra, exercendo a mesma uma função social.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAQUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

Já o Sr. [REDACTED] não possui contrato expresso com o proprietário da terra, declarando-se autorizado de modo informal, mas em nada difere a forma de trabalho deste com aqueloutro. O uso temporário da terra pode ser exercido em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceira agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, nos termos do Estatuto da Terra, mas o que se observa é contrato de locação de mão de obra, senão vejamos.

O falso arrendamento ocorre, dentre outras formas, quando se dá "pagamento em produto extrativo, devendo ser considerado simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos **seja de inteira e exclusiva responsabilidade do locatário do serviço a quem cabe o risco...**". Nota-se aqui que o proprietário permanece, ele mesmo, explorando a terra, com caráter fraudulento na prática empresarial, de utilizar-se de mão-de-obra sob o pálio de arrendamento, quando há verdadeira locação de serviços, a fim de desincumbir-se da responsabilidade trabalhista.

Segundo o inciso V do artigo 96 do Estatuto da Terra, deverão obrigatoriamente constar nos contratos: "quota limite do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza da atividade agropecuária e facilidades oferecidas", "prazos de vigência a serem observados, "bases para as renovações convencionais", "formas de extinção ou rescisão", "direitos e obrigações quanto às indenizações por benfeitorias levantadas com o consentimento do proprietário e aos danos substanciais causados pelo parceiro, por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias...". Estes requisitos legais se destinam a um contrato eficiente, esclarecedor e preventivo na ocorrência de futuras lides, não tornam nulo – em tese – um contrato feito sem sua total observância, pois se conclui que a própria lei entende que pode haver contratos sem prazo, o que é apontado como um dos requisitos. Mas o rol de obrigações recíprocas é indiciário de uma conduta de verdadeira parceria ou mesmo arrendamento, o que não ocorre na prática, frente ao ordenamento jurídico e em especial à seara trabalhista, pelo quê, deixam de ser válidos.

No instrumento firmado, resta inequívoca a utilidade econômica, conforme se depreende da cláusula II, ainda do CONTRATO FIRMADO COM [REDACTED]

*O ARRENDATÁRIO se põe a fazer a remoção de todo material lenhoso da área a ser desmatada, que por esse vier a ser aproveitado para a produção de carvão da área de aproximadamente...*





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

O DECRETO Nº 59.566, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966 trata no Art. 18:

*O preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa de dinheiro, mas o seu pagamento pode ser ajustado que se faça em dinheiro ou em quantidade de frutos cujo preço corrente no mercado local, nunca inferior ao preço mínimo oficial, equivalha ao do aluguel, à época da liquidação.*

Parágrafo único. É vedado ajustar como preço de arrendamento quantidade fixa de frutos ou produtos, ou seu equivalente em dinheiro. (grifamos)

Ao analisarmos o contrato, verificamos que o preceito acima destacado não foi observado, em razão da verdadeira utilidade ajustada que é a locação de mão de obra, isentando de responsabilidade o real empregador que é o dono da terra, que tem por benefício a limpeza de pasto.

Nesta mesma linha, cita-se o preceito do Art. 84, do mesmo Decreto que regula os contratos de locação de serviços, remetendo o aplicador da lei ao instituto da simples locação de serviço, regulado pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco. (Art. 96, parágrafo único do Estatuto da Terra), sendo o caso em espécie.

O isolamento dos riscos em apenas um dos pólos da relação jurídica sempre distanciou a interpretação dos contratos de arrendamento de uma postura imparcial. Não se considera esse tipo de contrato como totalmente paritário. Pelo contrário, sempre preponderou a percepção de que o arrendatário teria que ser protegido como a parte mais fraca do negócio e de que a liberdade contratual seria submetida aos princípios da "função social" que o arrendamento exerce. A liberdade de contratar deve ser exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

Neste passo, destacamos cláusulas leoninas, que quebram o equilíbrio financeiro do contrato:

#### 1) CONTRATO FIRMADO COM CLEBER:

##### CLÁUSULA V:

O ARRENDATÁRIO se obriga a promover às suas despesas com trator, e outros maquinários adequados, próprios e/ou de terceiros, o desmatamento da referida área florestal licenciada, de tal forma que essa fique completamente limpa, inclusive sem



*"leirão ou qualquer tronco", sem que lhe caiba qualquer direito à restituição ou indenização, e ficando o arrendatário, responsável a entregar a referida área devidamente apropriada para plantio até dia 31/12/2009 para o ARRENDANTE.*

#### CLÁUSULA VI:

*"Correrão por conta exclusiva do arrendatário, sem que lhe caiba qualquer direito a indenização ou restituição, todas as despesas com o desmatamento e/ou na exploração do carvão, inclusive a remuneração, alimentação, transporte e alojamento do pessoal empregado, direta ou indiretamente, ao desmatamento e/ou exploração do carvão, incluindo-se nas despesas todos os encargos sociais trabalhistas, previdenciários e de seguros."*

#### CLÁUSULA VII:

*O ARRENDANTE não se responsabiliza pelos contratos firmados com ARRENDATÁRIO, que no tocante à locação de tratores e maquinários para o e/ou exploração do carvão, quer nos relativos à comercialização...*

O Estatuto trata ainda da participação dos frutos da parceria e a quota do proprietário não poderá ser superior aos limites estabelecidos (inferior é de 15% do valor cadastral do imóvel, conforme Art. 95, inc. XII, da Lei 4.504/64, alterada pela Lei 11.443, de 5 de Janeiro de 2.007). O que se vê na prática é um proveito econômico (limpeza) desproporcional ao preço auferido com a comercialização do produto pelo "arrendatário ou parceiro". O que move, portanto, a continuidade do empreendimento de "carvoejamento" é a reiteração da conduta do "dumping social".

### 10. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES

A água consumida pelos trabalhadores para suprir as necessidades do dia a dia, quer seja para lavar roupas, utensílios domésticos, higiene pessoal ou mesmo para beber é proveniente de poço artesiano, mas sem tratamento. A água captada no mesmo é armazenada em caixa de amianto conectada a mangueiras de borracha, que servem de dutos improvisados e conduzem água às torneiras. Há, no local, diversos tambores de recipientes plásticos reaproveitados provavelmente de produtos químicos, existindo o risco de contaminação.

Os trabalhadores, entrevistados, afirmaram ao GEFM que o empregador não fornecia Equipamento de Proteção Individual - EPI, tais como,



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

botas, luvas e chapéu de abas largas -, a fim de minorar os efeitos dos riscos existentes na atividade de produção de carvão vegetal -, vez que os empregados manipulam carvão em altas temperaturas, o que pode ocasionar queimaduras, se não houver uso do referido equipamento.

O conjunto das irregularidades já descritas configura total desrespeito à dignidade da pessoa humana que é tratada como coisa, pois dorme em barracos de cobertura parcial de lona, de estrutura de troncos de madeira, com frestas e faz suas necessidades fisiológicas no mato. Tal trabalhador consome e bebe água proveniente do poço, sem que a mesma sofra qualquer tipo de purificação, bem como, prepara e consome sua alimentação de forma totalmente improvisada.

Hoje, os escravos estão inseridos naquele conjunto de brasileiros habituados às lides rurais e que não possuem qualquer pedaço de terra. Constituem legiões de trabalhadores que, não detendo terras para produzir seu sustento e de suas famílias, vendem sua força de trabalho por preços vis e em condições em que não lhes são garantidos os mais básicos direitos trabalhistas. Tais empregados não possuem quaisquer elementos de cidadania. São, antes de tudo, um objeto para consumo imediato e posterior descarte. Assim, nenhuma preocupação é a eles dirigida: Como se alimentam; O que bebem; Onde dormem ou como está a sua saúde. Nada disso interessa aos novos escravocratas.

Não obstante, o imaginário popular acreditar somente haver trabalho escravo nos casos em que presente a restrição de liberdade, as condições degradantes de trabalho tem-se revelado uma das formas mais cruéis de escravização, visto que retira do trabalhador os direitos mais fundamentais; no dizer de Raquel Dodge<sup>1</sup>: *"Escravizar é tornar o ser humano uma coisa, é retirar-lhe a humanidade, a condição de igual e a dignidade. Não só a liberdade de locomoção é atingida, e às vezes a possibilidade de locomoção resta intacta. Guiar-se por este sinal pode ser enganador. A redução à condição análoga à de escravo atinge a liberdade do ser humano em sua acepção mais essencial e também mais abrangente: a de poder ser."* E, novamente, segundo Camargo, *"o trabalho degradante configura, ao lado do trabalho forçado, uma das formas mais graves de violação da dignidade da pessoa humana. O homem, principalmente o trabalhador simples, ao ser "coisificado", negociado como mercadoria barata e desqualificada, tem, pouco a pouco, destruída sua auto-estima e seriamente comprometida a sua saúde física e mental"*.

A localização geográfica da propriedade pode, por si só, ser elemento de cerceamento da liberdade dos trabalhadores, que se sofrerem acidente não dispõem de um plano de primeiros socorros para atendimento. O acesso aos centros

<sup>1</sup> Trabalho escravo: conceito legal e imprecisões, disponível em [http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucelo\\_criminal/trabalho\\_escravo\\_indigena/doutrina/trabalho\\_escravo/doutrina/trabalho\\_escravo\\_conceito\\_legal\\_e\\_imprecisoes\\_por\\_raquel\\_dodge.htm](http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucelo_criminal/trabalho_escravo_indigena/doutrina/trabalho_escravo/doutrina/trabalho_escravo_conceito_legal_e_imprecisoes_por_raquel_dodge.htm)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

urbanos e às vias dotadas de transporte público é ruim, dado, não só à distância de cerca de 40 km até a estrada principal. A estrada que conduziu o grupo à Fazenda não possuía asfalto, tampouco estava preparada para fluxo regular de veículos. Os períodos de chuvas também interferem nas condições de trafegabilidade das vias de acesso à propriedade, o que dificulta, ainda mais, a locomoção dos trabalhadores.

## 11. TERMO DE INTERDIÇÃO LAVRADO

Em decorrência da situação local verificada pelo GEFM, foi interditada a atividade de produção de carvão, por meio do termo específico.

## 12. AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

	Nº DO AI	EMENTA	DESCRIÇÃO	CAPITULAÇÃO
1	01928255-9	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
2	01928256-7	000005-1	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.	art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
3	01928257-5	001146-0	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.	art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho.
4	01928258-3	001406-0	Manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho.	art. 630, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
5	01928259-1	000057-4	Deixar de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, nos estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados.	art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
6	01928260-5	131041-0	Deixar de possibilitar o acesso dos trabalhadores aos órgãos de saúde, para aplicação de vacina antitetânica.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.9, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
7	01928274-5	131058-5	Deixar de contratar um técnico de segurança do trabalho ou Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural Externo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.6.6.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
8	01928261-3	131210-3	Permitir que máquina, equipamento ou implemento seja operado por trabalhador não capacitado ou não qualificado.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

9	01928262-1	131220-0	Permitir o transporte de pessoas em máquinas ou equipamentos motorizados ou nos seus implementos acoplados.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.10 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
10	01674484-5	131216-2	Utilizar máquina ou equipamento móvel motorizado que não possua estrutura de proteção do operador para o caso de tombamento e/ou cinto de segurança.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
11	01674485-3	131245-6	Permitir a utilização de motosserra que não possua pino pega-corrente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.20, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
12	01928263-0	131454-8	Deixar de promover a todos os operadores de motosserra treinamento para utilização segura da máquina ou promover treinamento para utilização segura de motosserra com carga horária inferior a 8 horas ou promover treinamento para utilização segura de motosserra com conteúdo programático em desacordo com o constante no manual de instruções do equipamento.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
13	01928264-8	131349-5	Manter áreas de vivência que não possuam cobertura que proteja contra as intempéries.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
14	01928265-6	131402-5	Deixar de assegurar que se forneçam aos trabalhadores instruções compreensíveis em matéria de segurança e saúde e/ou a orientação e supervisão necessárias ao trabalho seguro.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "h", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
15	01928266-4	131002-0	Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores ou deixar de adotar medidas de prevenção e proteção, com base nos resultados das avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, ou deixar de garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
16	01928267-2	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
17	01928268-1	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
18	01928269-9	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

			SOCORROS.	redação da Portaria nº 86/2005.
19	01928270-2	131341-0	Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
20	01928271-1	131344-4	Deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
21	01928272-9	131346-0	Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
22	01674486-1	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
23	01928273-7	131378-9	Permitir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
24	01928275-3	131342-8	Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
25	01928276-1	001396-0	Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho.	art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.

### 13. CONCLUSÃO.

As irregularidades encontradas – conforme se conclui - eram extremamente graves e degradantes, o que obrigou o grupo de fiscalização a retirar os trabalhadores com arrimo na caracterização das **condições análogas à de escravo**, pois a Constituição Federal resguarda, como princípios fundamentais de nossa República, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

É importante salientar que os fatos, oriundos da contratação "precarizante" não eram de pleno conhecimento do proprietário da fazenda, embora este responda por deixar que um potencial comprador desenvolvesse atividade econômica, sem fiscalização. Pelos depoimentos, contratou quem lhe servisse de olheiro para coibir desmate, mas descuidou-se em saber se havia atividade econômica ilegal empreendida em suas terras.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

---

O Título I trata Dos Princípios Fundamentais, da atual Carta Política, e destacam-se à espécie os artigos:

**"Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

(...)."

**"Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

**"Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

II - prevalência dos direitos humanos;

(...)."

Vê-se, pois, que a atual Carta Política transformou a dignidade da pessoa humana em valor supremo da ordem jurídica, voltando-se para a plena realização da cidadania.

É importante considerar, ainda, que a Constituição Brasileira adotou o sistema econômico fundado na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada, reconhecendo o direito de propriedade, desde que observado o princípio da função social. É o que se extrai do artigo 170 combinado com artigo 186, da Carta Magna.

**"Art. 170** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

---

III – função social da propriedade;

(...)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;"

"**Art.186** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

(...)

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores." (grifamos)

Os trabalhadores resgatados pelo grupo estavam submetidos a condições de trabalho e de vida que aviltam a dignidade humana e caracterizam situação de trabalho degradante, com indícios de submissão destes trabalhadores à condição análoga à de escravos, conforme capitulado no Artigo 149 do Código Penal. A situação em que encontramos os referidos trabalhadores está em evidente desacordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil: Convenções da OIT nº 29 (Decreto nº 41.721/1957) e nº 105 (Decreto nº 58.822/1966), Convenção sobre Escravatura de 1926 (Decreto nº 58.563/1966) e Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto nº 678/1992), os quais têm força cogente própria das leis ordinárias, não podendo ser afastadas na esfera administrativa.

Não podemos olvidar que a dignidade da pessoa humana é princípio fundante de nossa República, previsão expressa no Artigo 1º da Carta Política. A dignidade da pessoa humana é princípio absoluto e há de prevalecer sempre sobre qualquer outro valor ou princípio. É núcleo essencial dos direitos fundamentais, não se limitando à integridade física e espiritual do homem, mas à garantia da identidade e integridade da pessoa através do livre desenvolvimento da personalidade, dentre as quais se incluem a possibilidade do trabalho e a garantia de condições existenciais mínimas. Os valores sociais do trabalho passaram a ter proteção fundamental na nova ordem constitucional, o qual, conseqüentemente, somente pode ocorrer quando preservada a dignidade do trabalhador.

Infelizmente, a realidade evidenciada contrapõe-se frontalmente a esses princípios estruturantes do Estado Brasileiro, por ferir a dignidade daqueles quatro trabalhadores, submetidos a situações degradantes de trabalho, configurando sua redução às condições análogas à de escravo, na forma do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o que restou amplamente demonstrado no conjunto das lesões narradas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO  
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL - FAZENDA ÁGUA LIMPA DO ARAGUAIA - JUSSARA - GO - 22 FEV A 10 MAR 2010

A dignidade da pessoa humana é princípio absoluto e há de prevalecer sempre sobre qualquer outro valor ou princípio. É núcleo essencial dos direitos fundamentais, não se limitando à integridade física e espiritual do homem, mas à garantia da identidade e integridade da pessoa através do livre desenvolvimento da personalidade, dentre as quais se incluem a possibilidade do trabalho e a garantia de condições existenciais mínimas. Paralelamente, os valores sociais do trabalho passam a ter proteção fundamental na nova ordem constitucional, o qual, conseqüentemente, somente pode ocorrer quando preservada a dignidade do trabalhador. Nessa mesma linha, também preceitua a Constituição da República que o direito de propriedade deverá atender à sua função social (Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Artigo 5º, incisos XXII e XXIII). Ao atribuir função social ao direito de propriedade - antes exclusivamente tratado pelo Direito Civil - impôs a obrigação de promover o bem estar coletivo, este, claro, fundado na dignidade da pessoa humana. Por óbvio, o adequado cumprimento da função social da propriedade não se vincula exclusivamente à produtividade, restringindo-se ao alcance do elemento econômico. Prioritariamente, deve propiciar a melhor utilização dos seus recursos, a fim de estabelecer relações sociais mais equitativas. Infelizmente, a realidade evidenciada contrapõe-se frontalmente a esses princípios estruturantes do Estado Brasileiro, por ferir a dignidade daqueles trabalhadores, submetidos a condições degradantes de trabalho. Em conseqüência, esses trabalhadores foram resgatados, com a emissão do seguro-desemprego específico.

Tal situação dá azo ao rompimento do contrato de trabalho existente entre o empregador já qualificado, Sr. [REDACTED]; os empregados, constantes na planilha anexa ao relatório, tendo como conseqüência a retirada dos mesmos conforme preconiza o artigo 2ºC da Lei 7998/90 (Lei do Seguro Desemprego):

*"O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste Artigo. (Incluído pela Lei 10.608, de 20.12.2002)."*

Brasília, DF, 25 de março de 2010.

